unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

GUILHERME FERREIRA DEFINA

O contexto intelectual de Gustavo Corção e a sua influência no pensamento conservador católico brasileiro contemporâneo

ARARAQUARA – S.P.
2023

GUILHERME FERREIRA DEFINA

O contexto intelectual de Gustavo Corção e a sua influência no pensamento conservador católico brasileiro contemporâneo

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Bolsa: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unesp (PIBIC/Unesp)

ARARAQUARA – S.P.
2023

D313i

Defina, Guilherme Ferreira
O contexto intelectual de Gustavo Corção e a sua influência no pensamento conservador católico brasileiro contemporâneo / Guilherme Ferreira Defina. -- Araraquara, 2023
47 p.

Monografia de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Carlos Henrique Gileno

1. Gustavo Corção. 2. Chesterton. 3. Conservadorismo. 4. Pensamento Político. 5. Pensamento Social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor.

Essa ficha não pode ser modificada.

GUILHERME FERREIRA DEFINA

O contexto intelectual de Gustavo Corção e a sua influência no pensamento conservador católico brasileiro contemporâneo

Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Bolsa: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unesp (PIBIC/Unesp)

Data da defesa/entrega: 08/12/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Universidade Estadual Paulista.

Membro Titular: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli
Universidade Estadual Paulista.

Membro Titular: Me. Rodrigo Dantas de Medeiros
Universidade Estadual Paulista.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus queridos pais, Viviane Ferreira e Fernando Aparecido Defina, cujo empenho em me educar, ensinar a superar adversidades e sempre colocar a educação em primeiro lugar, foram pilares fundamentais para a minha trajetória. A vocês, minha eterna gratidão. Também, aos meus amigos e colegas, cuja presença constante e compartilhamento de experiências enriqueceram minha jornada acadêmica. Honro o fechamento deste ciclo com imensa gratidão a todos.

AGRADECIMENTOS

Indubitavelmente, esta constitui a fase mais complexa de qualquer empreendimento acadêmico ou estudo, visto que nela nos expomos ao risco de perpetrar as mais graves injustiças e esquecimentos. Por outro lado, trata-se também de um momento de inestimável valor, no qual temos a oportunidade de expressar a nossa mais profunda reverência, gratidão ou similar, a todos aqueles que tornaram nossa trajetória menos sinuosa e mais propícia à superação de obstáculos.

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento ao meu orientador, Carlos Henrique Gileno, por sua orientação valiosa ao longo da minha jornada acadêmica. Nossos rápidos encontros, sempre após as suas aulas, sempre foram momentos terapêuticos, repletos de conversas que me proporcionaram um alívio indispensável. Além disso, seu conhecimento ímpar sobre literatura, a indicação do tema da minha monografia e as suas sugestões de leitura foram fundamentais para aprofundar minha compreensão e paixão pelo assunto. Serei eternamente grato por sua dedicação e orientação durante esse período.

Desejo ainda expressar meus mais sinceros agradecimentos aos estimados amigos e futuros colegas de profissão João Guilherme Damiani, Mariana Vasconcelos e Petrus Henrique Coelho de Souza pela contínua demonstração de entusiasmo e parceria ao longo desta minha trajetória no meio universitário, os quais têm se revelado como uma fonte inestimável de incentivo ao longo de minha trajetória acadêmica e científica. Suas palavras encorajadoras, apoio constante e colaboração atestam sua notável dedicação, merecendo, portanto, meu profundo reconhecimento. Agradeço-lhes sobremaneira por sua presença constante, na qual se compartilham conhecimentos, ideias e experiências, de forma genuinamente enriquecedora, contribuindo significativamente para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Seu incansável apoio e amigável motivação têm sido de suma importância para o meu crescimento e sucesso, motivo pelo qual sou profundamente grato.

Ademais, com profundo reconhecimento e apreço por tudo o que representam em minha vida, gostaria de prestar agradecimentos também aos meus amigos Ana Clara Perches Sergio, Ana Julia Bueno de Carvalho, Mateus Felipelli Savietto e Nicolas Lourenço Perossi. Seu apoio, amizade e companheirismo são verdadeiros tesouros, e sou privilegiado por tê-los ao meu lado. Que este agradecimento reflita o quanto sou grato por cada momento compartilhado, cada conselho dado e cada risada dividida. Vocês fizeram toda a diferença e, sem dúvida, contribuíram indiretamente de maneira significativa para o sucesso desta etapa acadêmica.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão ao grupo PET Ciências Sociais, o qual tive a honra e o prazer de compor entre os anos de 2021 e 2023. Além disso, desejo estender meus agradecimentos especiais aos colegas que compartilharam essa mesma geração comigo, bem como ao nosso tutor, Dagoberto José Fonseca. Sua presença e apoio foram de suma importância em minha jornada, e sou imensamente grato por ter tido a oportunidade de trabalhar e aprender ao lado de indivíduos tão talentosos e dedicados.

Não poderia deixar de expressar também minha sincera gratidão aos estimados amigos Márcio André da Silva Aluize e Maria Clara Baptista Pereira Catini, meus irmãos de Educaxé. Agradeço profundamente todo o reconhecimento e a amizade que tive o privilégio de experimentar ao longo deste período. As palavras de sabedoria, a amizade verdadeira e a disponibilidade em ouvir e ajudar são atributos que admiro sobremaneira e que raramente se encontram em alguém. A forma como vocês conseguem fazer com que todos ao redor se sintam importantes é, de fato, notável e serve de inspiração para que eu me torne uma pessoa melhor e mais colaborativa. Muito Axé!

Expresso minha profunda gratidão à minha família, pois sem ela não teria encontrado o suporte necessário nem os exemplos de vida fundamentais para permanecer no caminho correto, buscando sempre a retidão de caráter e os valores éticos e morais. A presença deles tem sido crucial para superar os momentos difíceis dessa jornada, que, confidencialmente, eles conhecem bem. Sou grato à minha mãe, Viviane Ferreira, meu exemplo maior, pelo carinho e amor que sempre me dedicou. Expresso minha gratidão também ao meu pai, Fernando Aparecido Defina, um grande homem que assumiu responsabilidades muito além de sua idade desde cedo.

Não posso deixar de agradecer aos meus familiares: Vilson Donizetti Matias, Gabriel Ferreira Matias, Izabela Ferreira, Maria Fernanda Oliveira Defina e Danilo Cesar Defina. Minha gratidão a eles se resume a uma palavra: gratidão, pelo apoio fraternal e por estarem sempre presentes, especialmente com afeto. Por fim, dedico meus agradecimentos àqueles que são os responsáveis pela existência de todos nós: Geraldo Ferreira, Sueli Luzia Ferreira e Regina Aparecida Defina. Sem eles, não teríamos a vida nem os exemplos valiosos de dedicação, luta e amor, verdadeiros pilares da existência.

“Ousar lutar, ousar vencer”.
Carlos Marighella

“O grande poeta existe para mostrar ao homem pequeno o quanto ele é grande”.
Gilbert Keith Chesterton

“A vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal”.
Machado de Assis

“A poesia, pode-se dizer que é um tato espiritual para coisas transcendentes, vistas às vezes nas coisas mais triviais, que todo o mundo vê, vendo-lhe somente a trivialidade”.
Gustavo Corção

RESUMO

O presente trabalho monográfico destaca a obra e o pensamento conservador do autor e ensaísta católico Gustavo Corção, fortemente influenciado pelos trabalhos de G. K. Chesterton. Em uma primeira fase de investigação teórica da pesquisa, o objetivo geral é analisar a particularidade do pensamento chestertoniano presente na obra de Gustavo Corção que, como este último disserta, se caracteriza substancialmente por um autêntico humanismo. Para Corção, o pensamento de G. K. Chesterton tem como alicerce três ideias-mestras: mistério, fidelidade e propriedade. Isso em vista, o objetivo específico deste projeto é mapear de que formas essas três grandes ideias matronas chestertonianas discorridas por Gustavo Corção, em meio às suas reminiscências pessoais e páginas de crítica, influenciaram e continuam a influenciar o pensamento e a tradição conservadora nacional, de forma a demonstrar a influência e a relevância deste autor para a construção do pensamento político no Brasil, principalmente nos seguintes aspectos constantes no conservadorismo brasileiro: 1) a questão do "mistério" enquanto crítica aos intelectuais ideólogos como Marx e Nietzsche; 2) a íntima relação pautada na fidelidade cristã apresentada pelo autor entre casamento e democracia e; 3) o tópico da propriedade herdado da teoria distributista de Chesterton como ponto de partida crítico aos sistemas capitalistas e socialistas. Utilizando-se maiormente do método histórico-contextual, a hipótese principal deste trabalho é a ressurgência dos aspectos centrais do pensamento conservador chestertoniano, presentes na obra e ideário de Gustavo Corção, no Brasil atual.

Palavras – chave: Gustavo Corção; Chesterton; conservadorismo; pensamento político; pensamento social.

ABSTRACT

This monographic work highlights the work and conservative thought of author and Catholic essayist Gustavo Corção, strongly influenced by the works of G. K. Chesterton. In a first phase of theoretical investigation of the research, the general objective is to analyze the particularity of Chestertonian thought present in the work of Gustavo Corção which, as the latter argues, is substantially characterized by an authentic humanism. For Corção, the thought of G. K. Chesterton is based on three main ideas: mystery, fidelity and propriety. With that in mind, the specific objective of this project is to map in which ways these three great chestertonian matron ideas discussed by Gustavo Corção, amidst his personal reminiscences and critical pages, influenced and continue to influence national conservative thought and tradition, from in order to demonstrate the influence and relevance of this author for the construction of political thought in Brazil, mainly in the following constant aspects of Brazilian conservatism: 1) the question of "mystery" as a critique of intellectual ideologues such as Marx and Nietzsche; 2) the intimate relationship based on Christian fidelity presented by the author between marriage and democracy and; 3) the topic of property inherited from Chesterton's distributist theory as a critical starting point for capitalist and socialist systems. Making use mostly of the historical-contextual method, the main hypothesis of this work is the resurgence of the central aspects of Chesterton's conservative thought, present in the work and ideas of Gustavo Corção, in Brazil today.

Keywords: Gustavo Corção; Chesterton; conservatism; political thought; social thought.

SUMÁRIO

1. Introdução..... 12

2. As particularidades do pensamento conservador brasileiro: conciliação política e harmonização das relações de produção..... 18

3. Tensões entre a ideia de mistério e a racionalidade ideológica.....24

4. O casamento como pilar da democracia e a importância da fidelidade conjugal na preservação da sociedade..... 32

5. A Igreja Católica, a economia política da posse e o distributismo..... 39

6. Considerações finais..... 47

Referências.....49

1. Introdução

Ao longo da história do ocidente, mais precisamente no decurso histórico da modernidade, consolidaram-se formas diversas de se interpretar e dar sentido à realidade, portadoras de valores, princípios e doutrinas entremeadas de sociabilidades e uma identidade próprias entre aqueles que com elas se identificam e se sentem pertencidos. Essas formas diversas que surgiram ao longo da modernidade foram distinguidas como *ideologias* que, sumariamente, entendemos hoje como um conjunto da estrutura da consciência de um grupo social e seu estilo de pensamento. Estilo de pensamento que sempre se encontra atrelado ao seu momento histórico de gênese e é socialmente determinado e não pode, portanto, aspirar uma consciência plenamente objetiva da verdade. Contudo, todo pensamento representa sempre, enquanto "conhecimento conectado com uma visão de mundo", uma verdade parcial, que erroneamente pretende ser absoluta – um discurso que pretende ser único, verdadeiro e inquestionável (Mannheim, 1972).

Nesse sentido, grupos assumiram características peculiares em um determinado tempo histórico e social, tornando-se representativos de um modo de compreensão e de comunicação de posicionamentos diante de demandas da sociedade. Considerando as continuidades e rupturas entre uma geração e outra, uma categoria de pensamento em específico, sempre se mostrou relevante ao longo da história brasileira – mais precisamente após a independência política: o conservadorismo brasileiro, que se distingue em muitos traços do conservadorismo "clássico" – o europeu – e não raramente é alvo de confusões conceituais e anacronismos históricos.

O conservadorismo brasileiro é uma categoria de pensamento que se distingue do conservadorismo europeu em vários aspectos. Não só isso, ao longo da história brasileira, essa corrente de pensamento assumiria diversas facetas. Surgiram diversos conservadorismos no Brasil que não se limitaram à matriz oitocentista brasileira e em muitas das vezes são conflitantes entre si, como o liberalismo conservador, reformismo ilustrado, conservadorismo culturalista e o conservadorismo estatista, por exemplo. Por conta disso, há uma grande variedade de autores e atores dentro dessa grande categoria de pensamentos conservadores no Brasil.

No entanto, uma vertente do conservadorismo brasileiro se destaca: o pensamento conservador ligado aos valores religiosos cristãos, ou simplesmente, pensamento católico conservador brasileiro. O pensamento católico conservador brasileiro é uma corrente de pensamento que se desenvolveu no Brasil e se baseia na defesa dos valores tradicionais, da moral e dos princípios cristãos. Os conservadores católicos brasileiros se opõem às ideias

progressistas e consideram que a tradição é um valor fundamental da sociedade. Além disso, eles defendem a importância da religião na vida pública e na organização da sociedade. Na política, os conservadores católicos brasileiros costumam se posicionar contra o comunismo, o socialismo e outras correntes políticas que consideram contrárias aos valores cristãos. Vários pensadores brasileiros se destacaram na vertente conservadora do pensamento católico, como por exemplo, Gustavo Corção (1896-1978).

Nascido em 1896 no Rio de Janeiro, Gustavo Corção foi um dos maiores expoentes do conservadorismo católico nacional, sendo considerado um importante defensor dos valores tradicionais, da moral e dos princípios cristãos. Corção se opôs ao comunismo e ao progressismo. Além disso, foi um crítico ferrenho da modernidade e da secularização da sociedade, defendendo a importância da tradição e dos valores morais como fundamentos da sociedade.

Gustavo Corção foi um ensaísta e pensador católico brasileiro, autor de diversas obras sobre política e conduta. Sua produção literária se destaca pela originalidade e intensidade, abordando temas como a crise da modernidade, a busca pela verdade e a existência humana em meio às complexidades da vida moderna. Além de fazer parte da antiga União Democrática Nacional (UDN), foi um polêmico jornalista anticomunista que se engajou na ala conservadora do pensamento católico nacional, tornando-se um dos maiores expoentes do pensamento conservador brasileiro com a escrita de diversas obras, entre as quais: *A Descoberta do Outro* (1944), *Patriotismo e Nacionalismo* (1960), *O Desconcerto do Mundo* (1965), *Dois Amores, Duas Cidades (1967)*, *Progresso e Progressismo* (1970), *O Século do Nada* (1973), *A Igreja Católica e a Outra: artigos sobre a crise da Igreja* (2018), entre outras.

Uma de suas obras em específico, no entanto, se destaca: *Três alqueires e uma vaca* (1946). Nesta obra, Corção buscou apontar a influência de Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) em sua formação literária, católica, conservadora e humanística, explorando, de forma pormenorizada, as especificidades metodológico-conceituais do pensamento chestertoniano e a biografia deste autor enquanto perpassa por discussões sobre os conceitos de liberdade, democracia, Estado, nação, capitalismo, socialismo, entre outros. Conforme Corção, ao se encontrar com Chesterton, teria encontrado no escritor inglês um bom parceiro de ideias.

G. K. Chesterton, por sua vez, foi um ensaísta e pensador católico britânico que se tornou um dos maiores expoentes da tradição e da ortodoxia, muito utilizado dentro do conservadorismo. Foi autor de mais de oitenta obras, entre elas *Hereges* (1905), *Ortodoxia* (1908), *O que há de errado com o mundo* (1910), *O homem eterno* (1925) e *A Loucura e as*

Letras (2021), por exemplo. Obras essas fecundas em reflexões e análises em torno da biografia de diversos autores, pensadores, frades, santos e figuras históricas expoentes da matriz religiosa cristã. Seus trabalhos não se limitavam apenas a descrever os principais acontecimentos de uma personalidade em questão, mas também em procurá-los ligá-los a suas obras e ideias constantes. Gustavo Corção se propôs a, nesse sentido, redigir uma biografia de Chesterton ao estilo próprio de Chesterton.

Tanto Gustavo Corção quanto G. K. Chesterton foram autores que, escrevendo em seus contextos sociais, históricos e intelectuais, trataram de temáticas essencialmente atemporais. O que liga ambos os autores, além de suas semelhantes histórias de conversão à Igreja Católica, são as suas aproximações humanas que, não raramente, conduzem a uma equiparação real e legítima entre ambos ou, quando se trata do primeiro em relação ao segundo, até mesmo de uma superação no que concerne ao dar prosseguimento ao espírito e ideias de Chesterton para as gerações posteriores ao seu pós-morte.

No Brasil, atualmente está ocorrendo uma redescoberta desses dois pensadores, com publicações inéditas no Brasil ou novas edições de suas obras e a criação de grupos de estudos ou até mesmo sociedades especializadas nesses dois autores. Gustavo Corção e G. K. Chesterton, embora de contextos históricos, intelectuais e sociais diferentes, são dois pensadores essenciais para se compreender a formação e a construção do pensamento conservador como um todo.

Para este trabalho, em uma primeira fase de investigação teórica desta pesquisa, o objetivo geral foi analisar a particularidade do pensamento chestertoniano presente na obra de Gustavo Corção, que é pautado - nas palavras do autor carioca - substancialmente por um autêntico humanismo. Além disso, para Corção (2020b), o pensamento de Gilbert Keith Chesterton possui três ideias mestras: mistério, fidelidade e propriedade.

O objetivo específico foi mapear essas três grandes ideias chestertonianas discorridas por Gustavo Corção e amparadas em suas reminiscências pessoais e páginas de crítica. Estes conceitos influenciaram e continuam a sugestionar o pensamento e a tradição conservadora católica nacional, demonstrando a atuação e a relevância de Gustavo Corção para a construção de um determinado pensamento político no Brasil, principalmente nos seguintes aspectos: 1) a questão do “mistério” enquanto crítica aos intelectuais Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900); 2) a íntima relação entre casamento e democracia pautada na fidelidade cristã; 3) o tópico da propriedade herdado da teoria distributista de Gilbert Keith Chesterton como ponto de partida crítico aos sistemas capitalistas e socialistas.

A hipótese a qual pretendemos levantar e trabalhar ao longo deste trabalho é a ressurgência, no Brasil do século XXI, de aspectos centrais do pensamento conservador chestertoniano presente no ideário de Gustavo Corção. A pauta conservadora católica no Brasil dos últimos reflete sobre a religiosidade, a infância, a família, as tradições, os valores e a cultura popular. Esses temas estão intimamente relacionados aos princípios desenvolvidos por Gilbert Keith Chesterton na primeira metade do século XX. Possivelmente, emerge a retomada das principais ideias e convicções aprofundadas pelo escritor inglês no âmbito do pensamento conservador católico. Em nosso país, Gustavo Corção foi um dos seus maiores expoentes que se atentou a adaptar o pensamento chestertoniano à originalidade cultural, política e social brasileira.

A metodologia orientadora utilizada para este trabalho está concentrada principalmente na exegese da obra *Três alqueires e uma vaca* (1946) de Gustavo Corção – autor objeto de investigação deste estudo – e na análise da bibliografia pertinente ao tema proposto, a qual envolve estudos e pesquisas realizadas no campo da ciência política e do pensamento político e social brasileiro. Além disso, para tratar das relações intelectuais e do contexto para com o qual Gustavo Corção está inserido, também basearemos nossa metodologia de pesquisa na análise de discurso, técnica de estudo que usaremos como forma para explorar e revelar os vínculos existentes entre realidade concreta e discurso, demonstrando como a construção dos textos, portadores de significados, sentidos e contradições dialéticas está intimamente ligada à temporalidade histórica de seus autores de processos sociais coetâneos. Os textos podem ser considerados tanto uma unidade discursiva quanto uma manifestação material do próprio discurso e, nesse sentido, a análise de discurso pode também ser referida como uma análise crítica pertencente ao campo da análise de conteúdo (Mozzato; Grzybovski, 2011).

As metodologias referentes ao estudo do pensamento político devem considerar não apenas a análise dedutiva e qualitativa dos temas que perpassam os debates intelectuais do contexto político e social em que se encontra o autor e a sua obra em específico, mas também levar em conta os sentidos e os valores do período em questão. Ao priorizar a temporalidade própria da obra política e a visão de mundo de seu autor, esta metodologia impede o uso anacrônico de conceitos e juízos de valor do tempo presente na esfera cognitivo-linguística.

Nessa perspectiva, para além da análise de discurso apoiada em uma investigação qualitativa e dedutiva, para a nossa discussão nos baseamos na metodologia cunhada como *Contextualismo Linguístico da Escola de Cambridge* (Silva, 2010) – referência internacional nesta questão – que possui entre os seus membros John Pocock (1924-) e Quentin Skinner

(1940-). Estes dois autores oferecem parte dos conteúdos metodológicos referentes às análises da história intelectual, das linguagens políticas e, principalmente, do pensamento político e social. O método histórico-contextual, apresentado por Skinner nos anos 60 e 70 do século XX, enfatiza a importância do contexto intelectual em que determinada obra fora escrita para a percepção das intenções de seu autor. Existe nessa metodologia a intenção de não estudar apenas o contexto histórico, mas também o conjunto de discursos incorporados nas linguagens, idiomas ou retóricas, os quais nem sempre são coerentes entre si.

Em termos metodológicos, o retorno a autores, interpretações e proposições normativas torna-se válido para iluminar a agenda pública contemporânea. A opção por uma abordagem qualitativa das formas de pensamento e expressão se justifica não apenas por se limitar unicamente a explorar novas formas e possibilidades de explicação do passado, mas também por apresentar elementos para se analisar a vigência de problemas e de formas de pensar conservadoras na sociedade brasileira do presente, fato que pode conduzir o retorno interpretativo a autores, embates e tradições intelectuais que remontam ao século XIX e ao período republicano. Nesse ínterim, é possível tornar mais claros e evidentes os elementos de um conflito de interpretações que, mesmo atualizado, prossegue animando a discussão sobre as especificidades históricas, políticas e sociais do Brasil contemporâneo (Brandão, 2005).

As análises seguidas de reflexões em torno das várias linguagens e tradições discursivas existentes em um dado contexto intelectual, histórico e sobretudo político podem nos disponibilizar subsídios que possam contribuir para a compreensão temporal dos conceitos utilizados pelos autores ligados à determinada temporalidade histórica. Tomando esse preceito como base de nossa investigação, os textos produzidos podem, dessa forma, serem classificados como acontecimentos temporais ao passo em que influenciaram e foram influenciados pelo meio histórico e intelectual ao qual estavam inseridos. Não só isso, quando reconstituídos pelas gerações posteriores, os textos constituem tradições de pensamento que transcendem a temporalidade imediata de sua elaboração histórica portadora de aspectos políticos, sociais e linguísticos próprios de seu próprio contexto intelectual.

Em John Pocock (2003), seguindo a linha de raciocínio de Quentin Skinner (1996), é conferido ao pensamento político a qualidade de “discurso”, sendo referido, desse modo, como “discurso político”, elaborado por atores e autores que estão em contato com o meio político e social de seu tempo e circunscritos a uma dada conjuntura onde reagem e refletem sobre fatos ou acontecimentos em um ambiente de diversas e distintas visões de mundo.

Destarte, o retorno interpretativo às linguagens políticas e tradições discursivas pode nos conduzir ao entendimento de seu “contexto linguístico”, o qual deve considerar a

demarcação da conjuntura histórica e do meio político e social onde a obra de terminado autor fora produzida, abarcando, igualmente, o maior número possível de autores e atores políticos para demonstrar as convergências e divergências existentes de modo a complementar o entendimento de seu contexto.

Nesse sentido, refazer um contexto linguístico é uma tarefa um tanto quanto complexa, já que envolve não apenas delimitar a época e o local no qual teoricamente atuou, mas também vasculhar e compreender tanto os grandes autores - os "clássicos" - quanto os menores. A leitura dos textos concretos, dos problemas e das polêmicas que os autores travavam entre si podem oferecer elementos para se estabelecer uma hipótese sobre o período no qual estavam inseridos. Também, apenas esse diagnóstico torna possível uma primeira hipótese sobre a gramática das linguagens políticas, já que uma análise solamente heurística do texto – isto é, o texto pelo texto – é limitada para se compreender a totalidade de um contexto não só linguístico como cultural, social e político.

Conforme Gileno e Lahuerta (2012), a tradição do pensamento político e social no contexto brasileiro é caracterizada por uma considerável acumulação de teorias, as quais se revelaram fundamentais para a análise científica das relações políticas e sociais na sociedade contemporânea do Brasil. As interpretações concebidas ao longo do período imperial e republicano englobam ideias cognitivas e ideológicas que continuam a orientar e restringir o processo de transformação social no século XXI. Muitas das problemáticas e oportunidades descritas por atores e autores políticos do passado permanecem relevantes na estrutura política e social do país, mesmo em meio à realidade atual. Portanto, a reavaliação dessas formas de pensamento e sua integração com o presente e o futuro proporcionam uma compreensão mais completa e coerente do processo histórico, frequentemente obscurecido pela contemporaneidade.

Esforços têm sido empreendidos para compreender a relação entre o "conhecimento especializado" e o "senso comum". A hipótese de que revisitar determinadas interpretações sobre o Brasil com o objetivo de esclarecer questões e enfrentar os desafios atuais representa um exercício intelectual crucial, não somente para a apreensão das peculiaridades do desenvolvimento político e social, mas, sobretudo, para o reconhecimento da influência e persistência dessas interpretações na cultura política dominante do país, foi confirmada (Gileno; Lahuerta, 2012).

2. As particularidades do pensamento conservador brasileiro: conciliação política e harmonização das relações de produção

Antes de partir para a discussão sobre o pensamento conservador católico, urge apreender o sentido e o significado da emergência e desenvolvimento do pensamento conservador "original" no território nacional. No Brasil, o conservadorismo assumiu diversas particularidades que o destoam do pensamento conservador europeu que fustigava a revolução francesa à moda de Edmund Burke (1729-1797), especialmente no âmbito político e econômico.

Preliminarmente, deve-se destacar que, do mesmo que o socialismo e o liberalismo, o conservadorismo teve sua gênese e seu desenvolvimento na modernidade como reação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais orientadas pelo Iluminismo europeu. Segundo Mannheim (apud Botelho; Ferreira, 2010, p. 11), o pensamento conservador

> [...] é uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente. Estrutura objetiva, pois se trata de um modo de pensar e agir que de alguma forma transcende a subjetividade individual, por ser função do desenvolvimento da sociedade. [...] o conservadorismo moderno é coerente e reflexivo, pois surge como movimento consciente de oposição ao movimento 'progressista', ou ao pensamento liberal-burguês. [...] O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento" (Botelho; Ferreira, 2011, p. 11).

Nesse sentido, o pensamento conservador europeu e, portanto, global, surgira fundamentalmente no final do século XVIII com a obra do pensador irlandês Edmund Burke *Reflexões sobre a Revolução na França* (2014), publicada pela primeira vez em 1790, um anos após o início da Revolução Francesa (1789-1799)[1]. Esta obra consistia, em suma, em cartas que Burke enviara para Charles Dupont (Jacques-Charles Dupont de l'Eure, 1767-1855), jovem revolucionário francês conhecido seu, após este ter pedido para aquele uma opinião sobre a revolução na França.

No corpo textual dessas cartas, Burke, além de tecer uma crítica ao processo revolucionário jacobino na França[2], apresenta as características centrais e imanentes do pensamento conservador clássico. Em essência, o conservadorismo age objetivando conciliar as condições de manutenção de determinadas tradições e costumes do passado com as exigências da mudança histórica. Ou seja, o pensamento conservador não nega ou intenta

---

[1] O marco simbólico do início da revolução na França foi a Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789, enquanto o seu fim foi delimitado pela tomada do poder por meio de um golpe militar por Napoleão Bonaparte, tendo este se tornado o primeiro cônsul da França em 09 de novembro de 1799.

[2] Importante relembrar que na época da redação de sua obra, Burke era também um político membro do parlamento inglês, filiado ao Partido *Whig* (liberal).

rejeitar a mudança, já que caberia aos indivíduos, nas relações face a face, regular o que permaneceria ou não nas passagens e transformações históricas. Não objetiva destruir tudo aquilo o que fora construído pelas gerações anteriores ao longo da história de maneira irrefletida – ou seja, sem participação do povo –, mas de forma "refletida e moderada" (Kirk, 2013).

No Brasil e na América Latina, o pensamento conservador surgiu negando o passado colonial, ou seja, na negação das tradições e costumes do passado, diferentemente da Europa onde o pensamento conservador buscava harmonizar o passado e o presente para um projeto de futuro. Nas revoluções de independência, o pensamento conservador latino-americano seguiu um caminho diverso do pensamento conservador europeu, que criticava e era oposição à Revolução Francesa seguindo a linha de raciocínio de Edmund Burke (Gileno; Medeiros; Silva, 2019, p. 172). O arranjo social e político que surgira a partir dessas revoluções era incapaz de conservar as relações típicas do pacto colonial. Ricupero (2013) sintetiza bem essa visão no seguinte fragmento:

> Em poucas palavras, é muito difícil, como já foi dito, para conservadores na América valorizar o passado porque esse passado é o passado colonial. Aceitá-lo seria, no limite, valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência. Tal situação é diferente da Europa, onde frente às turbulentas transformações do final do século XVIII, se podia olhar com nostalgia para uma certa ordem que se acreditava reinar durante o feudalismo (Ricupero, 2013, p. 78-79).

Algumas das particularidades assumidas pelo pensamento conservador no Brasil em um contexto de profundas transformações no final do século XVIII e início do século XIX dizem respeito propriamente à impossibilidade, tendo em vista o seu passado colonial, de defesa da conservação de determinadas relações políticas e sociais pretéritas e valores e sentimentos compartilhados pela sociedade ao longo de sua história. Na América Latina, os valores e leis impostos de cima para baixo por meio do pacto colonial impediram com que se fizesse presente o pensamento conservador europeu. No Brasil, o pensamento conservador se deparou com uma colônia em busca de sua independência em relação à metrópole Portugal, incompatível com as ideias clássicas do conservadorismo europeu que exalta determinadas normas políticas e sociais de décadas e séculos passados.

Como aponta Mercadante (1972), o desenvolvimento do pensamento conservador brasileiro se alicerçou no ecletismo filosófico[3]. São diversas as bases que formam a consciência conservadora brasileira que, por sua vez, é composta por intelectuais e políticos

[3] Tendência ou doutrina surgida na Antiguidade grega que seleciona, combina e ajusta elementos de diversas teorias numa única corrente de pensamento de forma a gerar e apropriar uma única teoria pautada numa visão de mundo pluralista e multifacetada.

que trazem consigo a necessidade de "reformar para conservar" (Gileno; Medeiros; Silva, 2019, p. 173). Nessa ideia, esses autores e atores produziram "um estilo específico de pensamento, correspondente à peculiaridade de suas origens sociais" (MERCADANTE, 1972, p. 229).

Ainda segundo Mercadante (1972, p. 230), as origens sociais do pensamento conservador nacional procediam "[...] geralmente, do domínio rural ou da incipiente burguesia urbana vinculada aos interesses de exportação". Essas figuras públicas nortearam seu pensamento não pela ação coletiva fundada face a face entre os indivíduos, e sim pela ação coletiva fundada no domínio rural e na exportação. A gênese do conservadorismo brasileiro estaria vinculada, portanto, não ao povo, mas aos interesses dos grandes exportadores e produtores latifundiários, o que levava à existência de certos aspectos ligados a esse domínio:

> A rigor, nunca alcançou a elite uma posição de casta, talvez devido ao espírito do tempo. Através da Constituinte, não reconhecera privilégios de nascimento; organizou a nobreza, mas a não fez hereditária, condição de perpetuidade. A elite era ou não era necessariamente ligada ao domínio, porém a admissão à vida pública só se fazia mediante a confiança do grupo dominante. Ingressava na magistratura ou na administração, na política ou no magistério, tornando-se membro do partido conservador ou liberal, após demonstrações inequívocas quanto às suas convicções moderadas (Mercadante, 1972, p. 230-231).

Como evoca, Florestan Fernandes (2010), não se formaram castas no Brasil, todavia, para se ter acesso ao núcleo da família patriarcal era necessário ter a confiança dos grupos dominantes e estar à mercê de seus interesses – a tal figura do "agregado". Além disso, o indivíduo também deveria possuir o espírito da moderação e da conciliação política, se não perderia a confiança desses grupos e estaria rechaçado de qualquer possibilidade de participar do núcleo de poder da sociedade brasileira.

O ecletismo filosófico e o espírito de conciliação política entre os grupos dominantes afloraram das condições institucionais e materiais onde os senhores rurais brasileiros estariam situados em um contexto de um liberalismo econômico insuficiente e de liberalismo político em antagonismo com a escravatura – visto a cidadania é incompatível com o trabalho escravo. A preocupação da intelligentsia nacional de 1822 era harmonizar "antes de tudo, a revolução nas relações externas de produção com o escravismo nas relações internas de produção" (Mercadante, 1972, p. 231).

Basicamente, "a revolução nas relações externas de produção" dizia respeito mormente à Independência do país, onde o Brasil se abriu para o mercado internacional e deixou de negociar exclusivamente com a metrópole Portugal após o fim do pacto colonial. O escravismo, por sua vez, também perpassara por modificações internas acerca de seu entendimento: o escravismo imperial é diferente do colonial. O escravismo colonial estava

inserido num contexto mercantilista, enquanto o imperial estava num contexto de industrialismo pautado no capital industrial, onde havia a necessidade de reformas que levassem ao emancipacionismo – à abolição gradual. O pensamento conservador brasileiro defendeu "por todo o longo percurso de sua preeminência política, o instituto da escravatura e o liberalismo econômico, procurando ajustá-los ambos à realidade política de um país novo e composto de diferentes regiões" (Mercadante, 1972, p. 231-232).

A revolução nas relações externas, com o Brasil então independente e soberano, e a manutenção do trabalho compulsório mesmo com o escravismo transformado nas relações de produção, demonstravam o espírito de conciliação como a principal questão apresentada às elites que efetuaram a Independência de 1822. Com isso, o liberalismo econômico, que norteou parte do desenvolvimento da ideologia conservadora nacional no final do século XVIII, teria de se harmonizar às relações internas de produção pautadas na escravatura e o liberalismo político à sua manutenção. Indubitavelmente, o maior traço característico que distingue a identidade conservadora nacional àquela formada na Europa a partir da crítica à Revolução Francesa é a ausência de qualquer pensamento político radical:

> A busca de uma mediação no plano político e social entre o liberalismo revolucionário e a tendência conservadora histórica já é sensível no processo do movimento de 1822. Independente o país, o liberalismo econômico consagrava-se, porém harmonizado às relações internas de produção. O próprio liberalismo político sofre um processo de adaptação, ao fechar os olhos para a escravatura. [...] Nunca seria possível a liderança do pensamento radical, e a vitoriosa é, tôda ela, no século passado, aquela que se norteia pelo espírito de moderação, formada no período de união dos reinos. Quebrara-se realmente o ímpeto do radicalismo, dando ensejo a uma constante de centro, de conservadorismo atuante (Mercadante, 1972, p. 235-236).

Enquanto a restauração da Dinastia Bourbon na França entre 1814 e 1830 fora realizada em uma sociedade saturada pelo jacobinismo veementemente revolucionário, a independência no Brasil não seguiu integralmente o pensamento radical da Revolução Francesa: a questão da emancipação política ficou subordinada às melhorias das relações entre a metrópole e a colônia, o que causou um ajuste de interesses (Mercadante, 1972).

Com o entendimento das peculiaridades do pensamento conservador no contexto nacional, é pertinente adentrar na discussão sobre o pensamento conservador católico, que encontrou terreno fértil no Brasil, dada a forte influência da religião católica ao longo de sua história. O conservadorismo católico, embasado em princípios e valores da Igreja, emergiu como uma corrente de pensamento que buscou conciliar a fé e a tradição com as mudanças sociais e políticas que caracterizaram a modernidade e suas consequentes transformações no território nacional.

Nesse contexto, o pensamento conservador católico no Brasil encontrou-se com desafios únicos, diferenciando-se do conservadorismo europeu que se inspirava nas ideias de Edmund Burke. Enquanto a Europa lidava com o desafio de harmonizar tradições seculares com as mudanças decorrentes da Revolução Francesa, o pensamento conservador católico brasileiro enfrentava a tarefa de conciliar as crenças e doutrinas da Igreja com uma nação em busca de sua independência, marcada por relações escravistas e um liberalismo econômico em desenvolvimento.

A formação do pensamento conservador católico no Brasil baseou-se em um ecletismo filosófico que permitiu a combinação de valores da fé católica com os interesses das elites dominantes, em sua maioria ligadas ao domínio rural e à economia de exportação. Essas figuras públicas buscavam a manutenção do instituto da escravatura e do liberalismo econômico, ajustando-os às realidades políticas e sociais de um país novo e diversificado.

Uma das principais características do pensamento conservador católico brasileiro foi a necessidade de conciliar as mudanças históricas com a preservação de valores e tradições católicas. A Igreja Católica desempenhou um papel importante nesse processo, já que era uma instituição enraizada no país desde a colonização e exercia influência sobre a sociedade e a política. Portanto, os conservadores católicos buscaram harmonizar as novas realidades políticas e econômicas com os princípios e ensinamentos da Igreja.

O pensamento conservador católico no contexto brasileiro, ao longo de sua evolução histórica, tem direcionado sua atenção para diversas temáticas de fundamental importância. Em primeiro plano, merece destaque a firme e inquebrantável defesa dos princípios da fé e moral católica, manifestando uma contundente oposição às práticas de interrupção da gravidez (aborto) e contracepção, bem como a qualquer tentativa de reconfiguração do matrimônio tradicional. Nesse sentido, a preservação da vida desde o momento da concepção é consagrada como um eixo prioritário.

A instituição familiar é concebida como o alicerce primordial da sociedade, sendo objeto de resistência ativa perante qualquer tentativa de alteração no entendimento tradicional desse conceito, que englobaria a inclusão do casamento entre indivíduos do mesmo sexo. Paralelamente, uma notória ênfase é direcionada à promoção do cristianismo no domínio público, visando a influenciar a política e a cultura nacionais mediante a aderência aos princípios cristãos.

No âmbito educacional, a educação religiosa no seio das instituições de ensino públicas emerge como uma temática de atenção constante, acompanhada de uma determinada resistência à secularização que eventualmente permeia o sistema educacional. Ademais,

observa-se a crítica explícita ao secularismo e ao relativismo moral, em favor da sustentação de valores absolutos lastreados nos preceitos da fé e moral cristã.

Além das pautas mencionadas, determinados segmentos do conservadorismo católico também incorporam em suas discussões tópicos de relevância social e econômica, abrangendo questões relacionadas à justiça social, distribuição equitativa de riqueza e apoio aos estratos sociais mais vulneráveis. Tais abordagens são consonantes com os princípios da doutrina da Igreja Católica, que preconiza a opção pelos pobres como um imperativo moral.

Em suma, as particularidades históricas que levaram o desenvolvimento do pensador conservador brasileiro a um trajeto diverso do pensamento conservador europeu representado por Edmund Burke, urge a necessidade de se trabalhar com os conceitos de forma abstrata. Isto é, sem a preocupação de formular concepções universais. No Brasil, o pensamento conservador consistiu em uma força política e social que comandou o processo de modernização conservadora após a independência política em 1822 e mais fortemente na década de 30 do mesmo século (Gileno; Medeiros; Silva, 2019, p. 174). Isso em vista, a análise histórica-contextual das produções intelectuais, das ações políticas e dos debates parlamentares do período em questão deve ser objeto de estudo para compreendermos de forma mais íntegra as especificidades próprias de um pensamento que se destaca na vida pública nacional.

3. Tensões entre a ideia de mistério e a racionalidade ideológica

Gustavo Corção inicia a terceira parte de sua obra, *Para não ser doido…*, com o capítulo intitulado *Apolo*, onde apresenta a primeira ideia-mestra ou, como o próprio pensador diz, "o primeiro sol ao centro de um sistema planetário" (Corção, 2020b, p. 83) do pensamento chestertoniano tomando como ponto de partida aquilo que se refere como "casa de doidos". Segundo o autor, essa ideia está associada à saúde do espírito e, por essa razão, o quadro clínico apontado pode ser diretamente conferido ao indivíduo onde se observa uma ausência dessa saúde. Nesse sentido, Corção inicia sua investigação explorando as observações de Chesterton no que se refere sobre essa condição de espírito que, como veremos adiante, sua relação com a questão do mistério é particularmente íntima.

Mormente, Corção relembra o confronto que Chesterton traz entre o poeta e o louco: o verdadeiro louco é aquele que, convicto de suas ideias, torna-se insano exatamente pela razão. Essa reflexão de Chesterton é fundamental para compreender a abordagem de Corção em relação à saúde do espírito. Para o pensador inglês, o verdadeiro poeta é aquele que tem a capacidade de reconhecer a presença do mistério no mundo e em si mesmo, enquanto o louco é aquele que se fecha em suas próprias ideias e perde a conexão com a realidade. Corção expande essa ideia, criticando os intelectuais ideólogos como Marx e Nietzsche que, segundo ele, não conseguiram reconhecer a importância do mistério e da transcendência na vida humana.

A crítica de Chesterton aos intelectuais ideólogos gira em torno sobretudo do papel dos mistérios e da fé em contrapartida ao intelectualismo ideológico e racionalismo desses autores: Gustavo Corção via a obra de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Nietzsche (1844-1900) como uma tentativa de reduzir a vida humana a uma mera dimensão econômica ou biológica, ignorando o aspecto espiritual e o mistério da vida. Chesterton disserta sobre esta questão de forma mais nítida no segundo capítulo de *Ortodoxia* (2020b):

> Os poetas são comumente considerados psicologicamente não confiáveis, e geralmente há uma associação vaga entre terem uma coroa de loucos na cabeça e serem excêntricos ou distraídos. Os fatos e a história contradizem totalmente esse ponto de vista. A maioria dos grandes poetas tem sido não apenas sensata, mas extremamente profissional; e, se Shakespeare realmente mantinha cavalos sob controle, era por ser o homem mais idôneo para fazê-lo. A imaginação não gera insanidade. **O que cria insanidade é exatamente a razão**. Poetas não enlouquecem, mas jogadores de xadrez, sim. Matemáticos e caixas de banco enlouquecem, mas artistas criativos, muito raramente. Eu não estou, como veremos, em sentido algum, atacando a lógica: só digo que esse perigo reside na lógica, não na imaginação. A paternidade artística é tão saudável quanto a paternidade física. Além disso, é digno de nota que, quando um poeta era de fato mórbido, comumente isso

> ocorria por ele ter, no cérebro, algum ponto fraco no tocante à racionalidade (Chesterton, 2020b, p. 18, grifo nosso).

O autor carioca atribui ao louco uma espécie de "determinismo rigoroso". Retomando Chesterton, Corção evoca o debate filosófico que este este teve com o marxista Robert Bentley Suthers (1871-1918)[4] sobre a natureza do livre-arbítrio. Para este último, o livre-arbítrio seria uma loucura, pois levaria o homem a agir sem causas, como louco. Chesterton, por sua vez, rebate apontando para uma falta de lógica determinista nesse pensamento, pois, de fato, se os loucos pudessem agir sem causas o determinismo estaria perdido. Para ele, não se pode dizer que um louco age sem causas. Pelo contrário, o louco age conforme um determinismo rígido:

> Se algum ato humano pode ser chamado de sem causa, está entre os atos menores de um homem saudável: assobiar enquanto caminha, cortar a grama com um pedaço de pau, bater os calcanhares ou esfregar as mãos. É o homem feliz que faz as coisas inúteis; o homem doente não é forte o suficiente para ficar ocioso. [...] São exatamente essas ações descuidadas e sem causa que o louco jamais poderá entender, pois o louco (como o deterministas) geralmente vê muita causa em tudo. O louco leria um significado conspiratório naquelas atividades vazias. [...] Se o louco pudesse por um instante se tornar descuidado, ele se tornaria são. O louco não é o homem que perdeu a razão. O louco é o homem que perdeu tudo, exceto a razão. [...] A explicação do louco para uma coisa é sempre completa e, muitas vezes, em um sentido puramente racional, satisfatória. Ou, para falar de modo mais estrito: a explicação insana, se não conclusiva, é, pelo menos, irrefutável (Chesterton, 2020b, p. 21).

Em sua obra *A Descoberta do Outro* (2017), Corção argumenta que a verdadeira liberdade e a plenitude da vida não podem ser encontradas nas teorias materialistas desses filósofos, mas sim na fé em Deus e no reconhecimento da grandeza e mistério da vida. Segundo o mesmo, a visão materialista reduz a vida humana a um mero acaso biológico, negando-lhe qualquer propósito ou significado. Em contraste, a fé em Deus permite que o indivíduo encontre um propósito e significado em sua vida e perceba a grandeza e mistério da existência. Corção enfatiza que essa descoberta do outro, da existência de um ser superior e da busca por um sentido maior, é essencial para a realização plena da vida.

A perspectiva de Corção sobre a busca por sentido na vida e o papel da fé em Deus se choca diretamente com a visão de determinismo discutida por Chesterton. Enquanto Corção enxerga na fé a chave para desvendar o propósito e a grandeza da existência, Chesterton argumenta que o louco, apesar de sua condição, tenta explicar tudo de forma completa e, de

---

[4] Muito pouco se sabe sobre R. B. Suthers. Descrito por Corção como "marxista por convicção e ofício" (Corção, 2020b, p. 85), foi redator do jornal socialista britânico *The Clarion*, principal meio por onde se dava o seu debate intelectual com G. K. Chesterton.

certa forma, irrefutável, demonstrando um determinismo rígido em suas ações. Esses pontos de vista divergentes sobre a relação entre fé, determinismo e propósito da vida destacam as complexidades filosóficas subjacentes às ideias de liberdade e significado na existência humana.

Em *O homem eterno* (2020a), Chesterton promove uma argumentação central que gira em torno da concepção de um "homem eterno" como uma entidade central e constante ao longo da história humana. O autor empreende uma defesa da visão cristã da história e da existência humana, sustentando a ideia de que a humanidade tem sido orientada ao longo dos séculos por determinadas ideias, conceitos e princípios que transcenderam fronteiras culturais e temporais. Segundo Chesterton, essas ideias eternas são reflexos da natureza divina e se materializam na figura do "homem eterno" - uma representação mítica e arquetípica que encarna as aspirações, virtudes e busca pela verdade que caracterizam a essência humana[5].

Chesterton contesta a concepção predominante da história como um aglomerado de eventos aleatórios e ressalta a existência de uma finalidade subjacente que conecta todas as eras e civilizações. Seu propósito reside em demonstrar que a trajetória histórica da humanidade é impulsionada por um embate entre forças antagônicas, tais como o bem e o mal, a ordem e o caos, a fé e o ceticismo. Para o autor, essa contenda perene se manifesta nas mitologias, nas religiões e nas narrativas transmitidas ao longo das gerações.

A crítica de Chesterton aos intelectuais ideólogos em que Corção se apoia, especialmente em relação a Marx e Nietzsche, parte portanto do reconhecimento da importância dos mistérios e da fé na vida humana e na compreensão do mundo. Enquanto esses autores ideólogos promovem um racionalismo extremo que ignora a dimensão misteriosa da existência, Chesterton enfatiza a necessidade de reconhecer e apreciar o mistério como uma parte essencial da vida. Essa ideia apresenta uma grande relevância para o pensamento conservador nacional, pois o conservadorismo valoriza a tradição e a fé como elementos importantes na formação da identidade e da cultura de um povo. A crítica de Chesterton aos intelectuais ideólogos, que desprezam esses valores em favor de uma visão exclusivamente racionalista do mundo, ressoa com essa perspectiva conservadora.

Corção frequentemente criticava a visão de Marx sobre a criação de um novo gênero humano e o niilismo e o existencialismo de Nietzsche a partir da elevação de um

---

[5] No decorrer da referida obra em questão, Chesterton ainda empreende uma análise minuciosa da trajetória histórica de diversas civilizações, mitos, filosofias e religiões, com o intuito de evidenciar a presença contínua do "homem eterno" em suas narrativas e concepções de mundo. Ele atribui especial destaque à figura de Cristo como o supremo exemplo do "homem eterno", encarnando em sua plenitude todas as virtudes e ideais humanos.

“super-homem”. Sobre o novo gênero humano proposto por Marx, o autor o vê como uma ideia utópica e perigosa que ignora a natureza humana e a liberdade individual. Ele argumenta que Marx queria criar uma sociedade homogênea e controlada pelo Estado, o que inevitavelmente levaria à tirania e à opressão. Em sua obra *O Século do Nada* (2020a), podemos identificar uma crítica subjacente de Corção à concepção de Marx, na qual o marxismo é retratado como uma tentativa de reorganizar o mundo com base em elaborados raciocínios da mente humana. Essa abordagem é caracterizada como insensata e uma empreitada violenta. Corção sustenta a ideia de que apenas a insanidade poderia levar alguém a crer que é viável alterar as estruturas econômicas e políticas globais sem antes efetuar uma transformação nas estruturas da alma humana. Ele utiliza uma analogia, comparando essa abordagem ao trabalho de um mecânico que tenta consertar o motor de um automóvel sem desmontá-lo previamente, resultando, em sua visão, em uma agravamento trágico dos problemas do mundo.

Sobre o “super-homem” de Nietzsche, Corção o vê como uma figura perigosa, que leva à idolatria do indivíduo e ao desprezo pela moralidade e pelos valores tradicionais. Corção (2017) o caracteriza como um ser que desafia todos os seus limites, não temendo a Deus nem aos homens, tornando-se assim um novo ídolo para uma sociedade em busca de novidades e sensações fortes, e é visto como um monstro que não se encaixa na ordem da criação, sendo, por definição, algo repugnante e deformado.

Essa crítica aos intelectuais ideólogos é uma das principais características do conservadorismo brasileiro, que valoriza a tradição, a religião e a moralidade como elementos fundamentais para a construção da sociedade. Corção foi um importante representante desse pensamento conservador no Brasil, e sua obra foi fundamental para a construção de uma visão crítica em relação ao modernismo e à influência de ideologias estrangeiras no país. Além disso, a abordagem de Corção em relação ao mistério e à transcendência também é relevante para a construção de um pensamento político que valorize a dimensão espiritual da vida humana. O conservadorismo brasileiro busca resgatar a importância da religião e da moralidade como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade justa e harmoniosa, e a reflexão de Corção nesse sentido é fundamental para essa construção.

Conforme é comum de se observar em argumentos constantes do pensamento conservador brasileiro contemporâneo, a ênfase excessiva na razão e na lógica pode levar a uma desvalorização do mistério e da dimensão simbólica da existência, o que pode ter implicações negativas para a cultura e a identidade nacional. É nesse sentido, por exemplo, que Gustavo Corção contesta a visão de Gabriel Marcel (1889-1973) sobre o “mistério da

infância", na qual Marcel desenvolve a ideia de que a infância é um período de inocência, um refúgio da alienação e autenticidade perdido na vida adulta, representando um tempo em que o indivíduo ainda não está completamente alienado do mundo e é capaz de experimentar uma abertura ao mistério da existência. Corção discorda dessa perspectiva e argumenta que a infância não é necessariamente um estado de inocência e pureza perdido na vida adulta, sendo, em vez disso, um período de formação e aprendizado. Ele enfatiza que as crianças também são suscetíveis ao pecado, à influência do ambiente e às falhas humanas, criticando a idealização da infância como um estado superior e inatingível de existência.

Para enfrentar os desafios da sociedade brasileira, alega-se que a ideia de Chesterton pode ser aplicada na promoção de uma visão mais equilibrada e integrada do mundo, que reconheça a importância da razão, mas também valorize a dimensão misteriosa da vida. Isso pode ajudar a preservar e fortalecer a tradição e a identidade cultural do país, ao mesmo tempo em que permite uma abertura para novas formas de pensamento e conhecimento.

Um exemplo concreto da influência da crítica chestertoniana aos ideólogos pode ser encontrado no contexto das manifestações políticas no Brasil. Muitos conservadores brasileiros têm se posicionado contrários a manifestações que, em sua visão, são ideológicas e não levam em consideração o bem comum da sociedade. Argumenta-se, ainda, que muitas dessas manifestações são conduzidas por grupos ideológicos que se baseiam em teorias abstratas e não em fatos concretos da realidade. Alguns conservadores brasileiros também criticam a ideologia de gênero, que, segundo eles, é uma ideologia que se baseia em teorias abstratas e que ignora a realidade biológica do sexo e que seria, portanto, uma ameaça à família e aos valores tradicionais da sociedade.

Outro exemplo de crítica chestertoniana aos ideólogos pode ser encontrado na visão de muitos conservadores brasileiros sobre o movimento comunista. Eles acreditam que o comunismo é uma ideologia abstrata que ignora a realidade da natureza humana e da economia. Eles defendem que o capitalismo é um sistema que, embora tenha seus defeitos, é mais realista e eficiente do que o comunismo. Esses são apenas alguns exemplos concretos da influência da crítica chestertoniana aos ideólogos no contexto das manifestações políticas no Brasil.

No ideário conservador de Corção, o "mistério" ainda assume uma faceta da "mística" cristã. A "mística", assim como o "mistério", se refere à busca da experiência religiosa autêntica, que não pode ser reduzida a meras práticas formais ou doutrinas abstratas. Para o autor, essa experiência é essencial para a compreensão da vida e do mundo, pois nos conecta com uma dimensão transcendente e misteriosa que não pode ser compreendida apenas pela

razão. Segundo Corção (2017), a mística pode ser compreendida como a busca do sentido último da vida, a tentativa de compreender o mistério da existência; é a comunhão dos santos, a união dos justos, a harmonia dos seres. Ela representa o desejo de transcender as limitações humanas, a paz que excede todo entendimento, a alegria que transborda toda dor e a luz que ilumina toda escuridão.

Em suas obras, Corção enfatiza a importância da humildade e da abertura para a experiência mística, que muitas vezes envolve uma sensação de êxtase, arrebatamento e entrega a algo maior do que nós mesmos. Essa experiência não pode ser controlada ou manipulada, mas deve ser vivida de forma espontânea e genuína. Em seu imaginário intelectual, a "mística" pode ser vista como uma tentativa de superar a superficialidade e o vazio da cultura moderna, que muitas vezes nos leva a buscar a felicidade e o significado da vida em coisas externas, como o dinheiro, o poder ou o prazer imediato. Em vez disso, Corção nos convida a nos abrirmos para a dimensão mística da vida, que nos conecta com algo maior e mais profundo do que podemos compreender racionalmente.

Nessa perspectiva, Gustavo Corção se opôs à Teologia da Libertação, um movimento teológico e político que surgiu na América Latina na década de 1960. Corção expressou críticas contundentes à Teologia da Libertação e aos teólogos que a promoviam. Entre elas, o pensador argumentava que o movimento era uma tentativa de mesclar a fé cristã com ideologias políticas marxistas, o que, segundo ele, deturpava o verdadeiro significado da mensagem cristã. Ele afirmava que os teólogos da Teologia da Libertação estavam mais preocupados em promover uma agenda política do que em ensinar os ensinamentos da Bíblia.

Corção também criticava a ênfase da Teologia da Libertação na luta de classes e na justiça social em detrimento de outros aspectos da mensagem cristã, como a salvação individual e a relação pessoal com Deus. O autor alegava que a Teologia da Libertação adotava uma visão simplista e materialista da realidade, reduzindo o ser humano a sua condição social e econômica. Além disso, Corção acusava os teólogos deste movimento de promoverem a violência e a luta armada como meio de alcançar seus objetivos políticos. Para Corção, essa abordagem era contrária à mensagem pacifista do Evangelho e que, em vez de levar à liberdade, ela levaria a mais opressão e violência.

Embora a partir da década de 1960 muitos teólogos da América Latina tenham se envolvido na luta contra a pobreza e a injustiça social e adotado as ideias da Teologia da Libertação para guiar sua prática pastoral, nem todos abandonaram a mística cristã nesse período, e muitos continuaram a se concentrar na dimensão espiritual da fé cristã. O papa João Paulo II (1920-2005), por exemplo, condenou a Teologia da Libertação. Além disso, em 1984

o então Cardeal Joseph Ratzinger (1927-2022) – que se tornaria o Papa Bento XVI – emitiu uma instrução da Congregação para a Doutrina da Fé que criticava algumas das ideias e práticas associadas à Teologia da Libertação[6].

A retomada da mística cristã em grupos conservadores tem sido uma tendência crescente nas últimas décadas, principalmente no contexto da Igreja Católica. Esses grupos buscam resgatar a dimensão espiritual e transcendental da vida cristã, enfatizando a importância da oração, da contemplação e da busca por uma relação pessoal com Deus, além da importância da natureza do mistério que permeia a realidade humana e divina enquanto realidade profunda e insondável que transcende nossa compreensão racional e que se manifesta de várias formas na vida humana e na natureza.

Essa retomada tem ocorrido por meio de diversas iniciativas, como a criação de comunidades de oração, a organização de retiros espirituais, a promoção de encontros de formação e reflexão, entre outras. Esses grupos também valorizam a liturgia tradicional e a música sacra, em contraposição às tendências mais modernizadoras da Igreja. Alguns dos principais representantes dessa tendência são os movimentos carismáticos, como a Renovação Carismática Católica[7], que surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos e se espalhou por todo o mundo. Esses movimentos enfatizam a experiência pessoal com o Espírito Santo, a cura e a libertação espiritual, e buscam aproximar a prática religiosa da vida cotidiana dos fiéis. Outros grupos conservadores, como os ligados à Fraternidade Sacerdotal São Pio X[8], também valorizam a liturgia tradicional e a contemplação, e se opõem às tendências mais modernizadoras da Igreja.

Essa tendência de retomada da mística cristã pode ser vista como uma reação ao secularismo e ao racionalismo da modernidade, que tendem a excluir a dimensão espiritual da vida humana. Além disso, pode ser vista como uma tentativa de superar a crise de sentido e de valores que afeta a sociedade contemporânea, oferecendo uma resposta espiritual para as inquietudes e angústias da vida moderna. Porém, é importante destacar que essa retomada não se dá de forma homogênea e que existem diferentes tendências e correntes dentro do universo

---

[6] É importante ressaltar novamente que a Igreja Católica é uma instituição complexa e diversa, e que houve diferentes respostas à Teologia da Libertação entre os líderes e membros da Igreja. Por exemplo, o atual Papa Francisco (1936-), que é latino-americano, tem enfatizado a importância da justiça social e da luta contra a pobreza em seu papado e tem defendido a necessidade de uma Igreja "em saída", engajada com os pobres e marginalizados.

[7] O movimento Católica busca incorporar práticas do Pentecostalismo ao Catolicismo, como orações em línguas e liturgias animadas. No Brasil, alguns adeptos acreditam que o movimento pode ajudar a conter a queda no número de católicos causada pela Reforma Litúrgica e pelo Concílio Vaticano II.

[8] Organização católica tradicionalista global criada em 1970 por Dom Marcel Lefebvre (1905-1991). O Padre Italiano Davide Pagliarani (1970-) é o líder atual da organização.

conservador e carismático. De qualquer forma, a busca por uma espiritualidade mais profunda e autêntica é um fenômeno que reflete a necessidade humana de transcendência e de conexão com o divino.

Podemos observar em Corção uma crítica ao pensamento revolucionário e esquerdista, novamente em sua obra *O Século do Nada* (2017) sobretudo na sua vertente marxista, que se desenvolveu no século XX. A posição de Corção é embasada em sua visão de mundo católica e conservadora, que valoriza a tradição e a cultura como fontes de sabedoria e identidade.

Corção argumenta que a ideologia revolucionária e esquerdista, em sua forma mais radical, rejeita as tradições, as instituições e os valores que sustentam a vida humana em sociedade, e propõe uma ruptura violenta com o passado em nome de uma suposta utopia igualitária. Para Corção, isso é uma ilusão perigosa que pode levar à destruição da cultura, da religião e da liberdade individual.

Uma das formas apontadas por Corção dessa ilusão perigosa que pode levar à destruição é a própria rejeição das tradições, das instituições e dos valores. Essa rejeição pode levar à destruição da identidade cultural de um povo, à perda de referências morais e espirituais, e à desestruturação social e política. Outra forma de destruição apontada por Corção é a busca por uma justiça social radical que pode, em alguns casos, levar à violência e à perda da liberdade individual. Corção argumenta que a busca por uma igualdade absoluta, sem considerar as diferenças naturais entre as pessoas, pode levar à negação da liberdade individual e à imposição de um modelo único de vida e pensamento.

Além disso, Corção aponta que a ideologia revolucionária e esquerdista muitas vezes se distancia da dimensão espiritual e transcendental da vida humana, incluindo a mística cristã, o que pode levar a uma perda de referências morais e espirituais, que são fundamentais para uma vida humana plena e significativa, e à desumanização do ser humano.

Para Corção, portanto, a ideologia revolucionária e esquerdista pode levar à destruição da cultura, da religião e da liberdade individual por meio da rejeição das tradições, da busca por uma justiça social radical, da negação da liberdade individual e da desumanização do ser humano. A crítica de Corção ao pensamento revolucionário e esquerdista está relacionada à defesa da tradição, da cultura e da dimensão espiritual da vida humana, valores que ele considera essenciais para uma vida individual e social saudável e equilibrada, consoantes àqueles valores típicos do pensamento conservador nacional contemporâneo.

4. O casamento como pilar da democracia e a importância da fidelidade conjugal na preservação da sociedade

Corção inicia a quarta parte de sua obra – *Para não ser bárbaro…* – expressando que da mesma forma como a primeira ideia-mestra de Chesterton (o mistério) diz respeito à saúde mental do sujeito, a sua segunda diz respeito àquilo que pode ser chamado como sua saúde social. Para o autor, o quadro clínico de "bárbaro" é conferido para aquele em que se observa uma ausência dessa categoria de saúde elencada por G. K. Chesterton. O segundo sol ao centro desse um sistema planetário do pensamento chestertoniano aparece de forma bastante explícita em seu pequeno livro *The Barbarism of Berlin* (2018), escrito em 1915 durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

> Como já disse, a mesquinha e sincera demência do prussiano consiste em querer destruir duas idéias que são raízes geminadas da sociedade humana. A primeira é a idéia de registro e promessa; a segunda, a idéia de reciprocidade. É claro que a promessa, ou extensão de responsabilidade no tempo, é aquilo que melhor nos diferencia, não digo dos selvagens, mas das bestas e dos répteis. Assim o reconhece com sagacidade o Antigo Testamento quando resume nestas palavras a sombria e irresponsável monstruosidade do Leviatã: "Fará ele um pacto contigo?".
> A promessa, como a roda, é desconhecida da natureza: é a primeira marca do homem. Relativamente à civilização humana é que se pode dizer com toda a convicção que no princípio era a Palavra. O juramento está para o homem como o canto para o pássaro e como o latir para o cão: é a sua voz.
> Não é fácil citar uma coisa da qual se possa dizer que dela dependa toda a enorme complexidade da vida humana; mas se de alguma coisa depende, é dessa frágil corda estendida entre as colinas do ontem e as montanhas invisíveis do amanhã. Neste fio solitário e vibrátil estão penduradas todas as coisas, desde o Armageddon até o almanaque, desde uma revolução bem-sucedida até um bilhete de ida e volta (Chesterton, 2018 apud CORÇÃO, 2020b, p. 139-140).

A ideia a qual Chesterton se refere diz respeito à "promessa, ao juramento, ao voto, ao pacto, à aliança, à palavra dada" (Corção, 2020b, p. 140). Diz respeito sobretudo, portanto, à "fidelidade", a qual segundo o autor é a base do direito e que, sem ela, o homem se torna bárbaro. Bárbaro esse que Chesterton denominou como um "bárbaro-positivo", para distingui-lo daquele que é simplesmente mal educado ou incivilizado (como a Rússia de 1915)[9] e cuja característica principal é a falta de disposição para ser recíproco. Para Chesterton, esse bárbaro-positivo não só é inimigo da civilização como também almeja estabelecer uma nova civilização e uma nova ordem, uma civilização de segunda ordem.

---

[9] Corção argumenta que a Rússia do início do século XX era uma sociedade em que a falta de equilíbrio entre a cultura e a virtude havia levado ao surgimento de uma classe de pessoas que eram ignorantes, violentas e desprovidas de qualquer senso de responsabilidade social. Ele descreve essas pessoas como "bárbaros-negativos", que se opõem aos valores tradicionais da civilização.

É nesse sentido que Corção critica, por exemplo, a "nova política". Utilizando como exemplo a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o autor alega que o nazismo acabou porque a Alemanha foi vencida, mas o barbarismo positivo, aquele que "golpeia incessantemente aquele fio estendido entre as montanhas, continua sua obstinada e mesquinha devastação da sociedade humana" (Corção, 2020b, p. 140). Corção reflete especialmente sobre a aliança entre a União Soviética e os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, e a conveniência e inconveniência de se manter essa aliança em meio às tensões políticas e ideológicas da época.

Para Corção, a aliança com a União Soviética representou uma "etapa" na história, uma fase na qual as forças democráticas do Ocidente se uniram a um regime comunista para combater um inimigo em comum, o nazismo. No entanto, ele argumenta que essa aliança era problemática por várias razões, incluindo as diferenças ideológicas e culturais entre os Aliados e a União Soviética, e as preocupações com a natureza expansionista do comunismo.

Nesse contexto, quando Corção fala sobre "a conveniência de firmar um pacto e a inconveniência de o manter" (Corção, 2020b, p. 141), ele está se referindo às dificuldades de manter uma aliança entre países com objetivos e ideologias tão diferentes. Ele argumenta que a aliança foi firmada por motivos práticos, mas que manter essa aliança a longo prazo seria cada vez mais difícil.

Além disso, para Corção, a aliança com a União Soviética representava um dilema moral para os Aliados, que estavam se unindo a um regime comunista que havia cometido graves violações dos direitos humanos e suprimido a liberdade individual em seu próprio país. Ele argumenta que a aliança com a União Soviética representou uma "etapa" na história que exigiu sacrifícios e compromissos, mas que também levantou questões importantes sobre os valores e princípios que os Aliados estavam defendendo na guerra.

Gustavo Corção argumenta que a política, ao buscar se tornar uma técnica, acaba se tornando maquiavélica e oportunista porque passa a ser guiada exclusivamente pelo pragmatismo e pelos interesses imediatos, em detrimento dos valores éticos e morais que devem nortear as relações humanas. Para Corção, a política deve ser vista como uma arte, que busca a realização do bem comum e a construção de uma sociedade justa e livre. No entanto, quando a política se torna uma técnica, ela passa a ser guiada exclusivamente pela busca pelo poder e pelo controle, em detrimento dos valores éticos e morais que devem nortear as relações humanas.

O autor faz essa explicação pois ele realiza uma distinção entre "compromisso" e "fidelidade". Corção se indaga se essa aliança da União Soviética com os Aliados era uma questão de "conveniência" ou de "fidelidade" por parte dos soviéticos, dada a natureza

autoritária e repressiva do regime comunista. Ele considera a possibilidade de que a União Soviética pudesse abandonar a aliança e se juntar ao Eixo ou se, em vez disso, estaria comprometida com uma aliança sincera com os Aliados.

Segundo Corção, a questão da fidelidade é crucial em qualquer relação humana, seja entre indivíduos ou entre nações. Para ele, a fidelidade é um compromisso que deve ser mantido a qualquer custo, independentemente das circunstâncias, e que é a base para qualquer sociedade justa e relação duradoura e significativa. No contexto da aliança soviético-aliada, Corção argumenta que a fidelidade é um valor fundamental que deve ser preservado pelos dois lados. Ele considera que a União Soviética, como um regime autoritário e repressivo, não era um aliado natural dos Aliados, que defendiam a liberdade e a democracia. No entanto, ele acredita que, se a União Soviética fosse verdadeiramente fiel à aliança, ela teria que estar comprometida com os mesmos valores e princípios que os Aliados.

No entanto, é importante ressaltar que, enquanto Corção enfatiza a importância da fidelidade na construção de relações e alianças, Chesterton direciona seu foco para a relevância do casamento como um alicerce vital para a sociedade democrática. Ambos os autores compartilham uma visão profunda sobre a necessidade de valores sólidos e compromissos duradouros, seja no âmbito das relações humanas ou na estrutura da sociedade, destacando assim a influência significativa que esses princípios exercem em diferentes esferas da vida.

Para ambos os autores, o casamento é uma instituição fundamental para a democracia, pois é através dele que se estabelecem as bases da família e da sociedade. Em *O que há de errado com o mundo* (2013), Chesterton discute vários aspectos da sociedade e faz algumas observações sobre o casamento. Embora a obra trate de uma gama variedade de assuntos, o autor aborda o tema do casamento dentro do contexto mais amplo de seus argumentos sobre a cultura e a civilização, argumentando que a união entre homem e mulher é um dos principais pilares da civilização, pois é esta relação que permite a continuidade da espécie e a transmissão de valores e tradições de geração em geração.

Chesterton concebe o casamento como uma instituição de significância fundamental para a sociedade, transcendendo os indivíduos envolvidos. O autor defende que o casamento constitui o alicerce da família e da comunidade, e é através dele que a sociedade se perpetua e as gerações futuras são engendradas. Além disso, o casamento é uma união sagrada que confere estabilidade. Ele critica a tendência contemporânea de conceber o casamento como um contrato efêmero ou mera conveniência pessoal, considerando tal visão redutora como debilitante à instituição e prejudicial à sociedade como um todo.

Ademais, o ensaísta inglês enfatiza a importância do amor e da amizade no casamento. Chesterton reforça que o casamento transcende a mera união legal ou uma questão de conveniência social, sendo antes uma parceria íntima e afetiva. Para ele, o verdadeiro casamento é fundamentado no amor recíproco, compreensão e companheirismo entre marido e mulher. Nesse sentido, expressa apreensão diante da crescente instabilidade e fragilidade dos vínculos matrimoniais em seu tempo. Ele atribui tal fenômeno à falta de comprometimento e à mentalidade egoísta que permeiam a sociedade. Ele advoga por uma renovação da concepção do casamento como uma instituição duradoura e um compromisso inquebrantável.

Gustavo Corção, por sua vez, novamente em *O Século do Nada* (2020a), argumenta na direção que coloca a fidelidade conjugal como um dos principais fundamentos da democracia. Para o ensaísta brasileiro, a fidelidade no casamento é um compromisso voluntário de renúncia aos próprios desejos em favor do bem-estar do outro, e que essa virtude é fundamental para a construção de uma sociedade baseada no respeito mútuo e na cooperação. Tal como Chesterton, Corção defende que a instituição do casamento é essencial para a construção de uma sociedade justa e harmoniosa, e que a fidelidade conjugal é uma virtude fundamental para a preservação dessa instituição.

Segundo o autor, a não observância adequada da instituição matrimonial pode acarretar consequências negativas para a sociedade, comprometendo a integridade dos valores democráticos e levando ao declínio social. Corção sustenta o seu argumento alegando a importância do casamento enquanto mecanismo essencial para a preservação dos valores e da ordem social, enfatizando que o desrespeito a essa instituição poderia ocasionar a decadência da sociedade e o enfraquecimento dos princípios democráticos. Além disso, Corção acreditava que o casamento representa o alicerce da unidade familiar, a qual é considerada a estrutura básica da sociedade. Dessa forma, o casamento é concebido como uma instituição de caráter sagrado, cujo propósito reside na união de um homem e uma mulher em uma relação permeada por amor, respeito e fidelidade.

Conforme sua perspectiva, essa união conjugal é de suma importância para a procriação e educação das crianças, bem como para a estabilidade emocional dos parceiros conjugais e para o equilíbrio harmonioso da sociedade em sua totalidade. Todavia, Corção observou atentamente que a instituição do matrimônio estava sofrendo erosão em virtude de uma série de fatores, a saber: a) a disseminação da promiscuidade sexual; b) a facilidade do divórcio; c) a trivialização da atividade sexual e; d) a subestimação do compromisso

matrimonial. Ele sustentava que esses comportamentos eram não apenas prejudiciais aos indivíduos envolvidos, mas também acarretavam prejuízos à sociedade como um todo.

De acordo com a visão de Corção, a prática da promiscuidade é considerada uma manifestação que subverte o valor da fidelidade e do compromisso, resultando na fragilização da instituição matrimonial. O autor sustentava a convicção de que a trivialização da atividade sexual, promovida pelos meios de comunicação e pela cultura popular, induzia as pessoas a adotarem comportamentos egoístas e hedonistas, resultando em uma sociedade mais individualista e com menor coesão social. Ademais, Corção argumentava que a facilidade do divórcio também contribuía para o declínio do casamento e da unidade familiar. Ele interpretava o divórcio como uma forma de desrespeito ao compromisso assumido perante a sociedade e em relação às convicções religiosas – perante Deus.

O divórcio fácil tornava o casamento uma relação temporária, sem a estabilidade e o compromisso necessários para a criação e educação dos filhos, o que, por conseguinte, contribuía para o enfraquecimento da instituição do casamento e da unidade familiar. Corção tinha a convicção de que a facilidade com que o divórcio era alcançado exercia um impacto negativo na solidez do compromisso matrimonial, resultando na diminuição da importância e da seriedade atribuídas ao vínculo conjugal. Ele percebia o divórcio como um ato que desrespeitava o compromisso assumido não somente perante a sociedade, mas também frente a valores morais e religiosos mais abrangentes.

Na perspectiva de Corção, a existência de procedimentos que permitiam a dissolução matrimonial de forma rápida e descomplicada acarretava consequências prejudiciais, enfraquecendo a estabilidade familiar e a estrutura social. Nesse contexto, o divórcio fácil desempenhava um papel significativo na erosão dos valores essenciais do casamento, comprometendo a unidade familiar e prejudicando a coesão social.

Corção utiliza essa linha de raciocínio para argumentar que a facilidade do divórcio, juntamente com outros fatores que minam a instituição matrimonial, contribui para a erosão da sociedade como um todo: ao considerar o divórcio fácil como um desrespeito ao compromisso assumido perante a sociedade e valores morais mais amplos, o autor destaca como essa atitude reflete uma mentalidade egoísta e individualista. A prevalência do divórcio fácil, combinada com os demais comportamentos que minam o casamento, leva a uma sociedade mais fragmentada, onde os indivíduos priorizam seus próprios desejos e necessidades em detrimento do bem comum, da solidariedade e dos valores democráticos.

Outrossim, Corção inferia a tese de que a banalização ou trivialização do sexo, disseminada pela mídia e pela cultura popular, acarretava desdobramentos adversos tanto a

nível individual quanto societal. O autor defendia que essa trivialização do sexo conduzia os indivíduos a abraçarem uma mentalidade egoísta e hedonista, conferindo prioridade à satisfação pessoal imediata em detrimento de valores mais profundos e duradouros.

Corção argumentava que a trivialização do sexo depreciava o comprometimento e a intimidade, elementos cruciais nas relações conjugais. Ao tornar o sexo um fenômeno comum e destituído de importância emocional e moral, a sociedade passava a abordar os relacionamentos afetivos e o casamento de forma superficial e volátil. Não só isso, como apontado, autor em questão acreditava que essa banalização do sexo contribuía para a consolidação de uma cultura individualista, na qual os indivíduos buscavam unicamente a sua própria gratificação, sem considerar as implicações emocionais e sociais mais amplas. Essa mentalidade hedonista, segundo Corção, corroía a solidariedade e a coesão social, resultando em uma sociedade fragmentada e menos comprometida com valores fundamentais, tais como a própria instituição familiar, a fidelidade e a estabilidade emocional.

Por fim, Gustavo Corção defendia que a desvalorização geral do compromisso minava os valores democráticos na sociedade. O autor sustentava que a democracia necessitava de indivíduos comprometidos com a justiça, a verdade e a liberdade. Caso as pessoas não atribuíssem valor ao compromisso e à fidelidade em suas relações pessoais, seria menos provável que esses mesmos princípios fossem valorizados em suas interações com a sociedade em geral. Em suma, para Corção, a falta de respeito à instituição do casamento poderia levar ao declínio da sociedade e à erosão dos valores democráticos, uma vez que a família representa a base da sociedade e o casamento representa a base da família. Quando o compromisso e a fidelidade são desvalorizados, a solidariedade, a justiça e a liberdade na sociedade tendem a ser reduzidas.

Nos grupos conservadores brasileiros contemporâneos, é possível observar a manifestação desses aspectos em diversas esferas, como na política, na sociedade civil e nos discursos públicos. Por exemplo, muitos grupos conservadores no Brasil defendem pautas relacionadas à moralidade e à família, promovendo ações e propostas políticas que buscam restringir direitos e comportamentos que consideram contrários aos seus valores, como a defesa de leis mais rígidas em relação ao aborto, à diversidade de gênero e à educação sexual nas escolas.

Além disso, outros grupos conservadores brasileiros têm se organizado para promover debates e mobilizações contra a disseminação da promiscuidade sexual, a trivialização da atividade sexual e a subestimação do compromisso matrimonial. Essas organizações buscam fortalecer valores tradicionais, como a castidade, a fidelidade conjugal e a promoção da

abstinência sexual antes do casamento. Não raramente, muitos desses grupos estão ligados a instituições religiosas, como igrejas cristãs, que desempenham um papel significativo na disseminação dessas ideias. Esses movimentos religiosos podem realizar campanhas, eventos e ações pastorais que buscam fortalecer a instituição do casamento, combater a promiscuidade sexual e promover a valorização do compromisso matrimonial.

Ainda, alguns veículos de comunicação associados a grupos conservadores no Brasil abordam temas relacionados aos aspectos mencionados. Eles podem veicular programas, artigos e debates que criticam a promiscuidade sexual, enfatizam a importância do casamento e da família, e defendem uma visão mais restritiva da sexualidade, com ênfase na moralidade e nos valores tradicionais. Atualmente, podemos observar exemplos concretos desses veículos de comunicação em jornais e revistas como Gazeta do Povo e Revista Oeste, respectivamente – que possuem colunistas, matérias, editoriais e reportagens que exploram perspectivas conservadoras em relação à sexualidade, ao casamento e aos valores sociais –, emissoras como a TV Record – que possui uma programação que inclui debates e programas com temáticas relacionadas aos valores conservadores, como programas de entrevistas e debates que discutem questões como a família, a sexualidade e o casamento –, e portais de notícias e opinião como Terça Livre, que tem como foco a disseminação de conteúdos relacionados ao conservadorismo, abordando temas como moralidade, família e valores tradicionais.

5. A Igreja Católica, a economia política da posse e o distributismo

Na quinta parte da obra de Corção, intitulada *Para não ser escravo…*, iniciada com o capítulo *O paraíso terrestre*, o pensador carioca discute a terceira e última ideia do "ideário triangular" de Chesterton: a ideia de posse. Segundo Corção, enquanto as duas ideias anteriores possuíam a virtude de impedir que o homem ficasse doido ou bárbaro, esta terceira ideia tem o atributo de impedir que se torne escravo. Mormente, o autor demonstra de que forma essa ideia, apesar de não aparentar catolicidade, é radicalmente católica.

Fundamentalmente, Corção reporta-se à criação do mundo, mais especificamente ao dia da inauguração da humanidade segundo a Bíblia Sagrada, onde fora outorgado ao homem no dia da sua criação o direito de domínio sobre todas as coisas: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra [...]" (Bíblia [...], [2023], Gn 1, 26).

No paraíso, o homem exerceu seu direito sobre todas as coisas a partir da força da palavra, o *logos*[10]: o homem deu nomes aos animais domésticos, às aves do céu e a todos os animais dos campos (Corção, 2020b, p. 195). Contudo, Corção relembra que Deus, ao ter dado ao ser humano o direito de domínio e posse, também o condicionou ao trabalho penoso. Esse ato teria dado início à economia política, com o problema do trabalho, a questão do salário, o capitalismo e o socialismo (Corção, 2020b).

Corção parte da concepção cristã da queda original, que se refere ao pecado original cometido por Adão e Eva no Jardim do Éden[11]. A partir desse pecado, a humanidade foi afastada da perfeição original e passou a carregar a culpa de sua desobediência. Essa culpa é vista como inerente à condição humana e, portanto, faz parte da experiência de ser humano. O trabalho, como uma atividade fundamental da vida cotidiana, não está isento dessa tristeza da culpa, pois somos seres caídos e imperfeitos. Desse modo, o trabalho humano, muitas vezes marcado por dificuldades, desafios e frustrações, pode evocar a lembrança daquilo que foi perdido no Éden, trazendo consigo um sentimento de nostalgia por um tempo em que a existência humana era mais próxima da perfeição e da felicidade:

---

[10] O termo *logos* tem origem na língua grega e pode ser traduzido como "palavra", "razão" ou "discurso". Na filosofia grega antiga, o *logos* referia-se à ideia de uma estrutura ordenada e racional que governava o universo. Ao longo da história da existência humana, esta força do *logos* - palavra e razão - tem estado presente, capacitando o ser humano a questionar sobre si mesmo, a cultura, a natureza, o universo e os outros ao redor. Tradicionalmente, o logos tem sido a base para o diálogo e a construção da sociedade, permitindo que a palavra exerça sua força durante o processo civilizatório. O ser humano representa a linguagem da natureza, refletindo verdadeiramente o que a natureza é.

[11] O Jardim do Éden refere-se ao "paraíso perdido", onde, segundo a narrativa bíblica, a humanidade vivia em harmonia com Deus, a natureza e consigo mesma. Esse estado de perfeição e felicidade foi perdido devido à desobediência original, resultando na expulsão de Adão e Eva do Jardim.

> A mesa de um obscuro e infeliz funcionário é um pequeno campo, onde um moço, extenuado de se locomover numa cidade que vai se tornando selvagem [...] procura reconquistar o caminho do paraíso. Quando ele volta para casa, e se instala talvez em sua única cadeira, e usa os seus poucos objetos, com plena posse e pleno domínio, e dá um nome ao seu gato, e ouve passos e a voz da companheira arrancada de seu flanco, durante um sono de amor – ele sente vívido, palpável, inconfundível, a lembrança de um jardim de delícias (Corção, 2020b, p. 196).

Portanto, segundo Corção, a tristeza da culpa e a lembrança de um paraíso perdido estão presentes no trabalho humano, pois este se desenvolve em meio à condição caída e imperfeita da humanidade, despertando em nós a nostalgia por um estado de felicidade e harmonia que foi perdido. Essa perspectiva reflete sua visão filosófica profundamente influenciada pelos valores cristãos e sua preocupação em compreender a condição humana e suas aspirações mais profundas.

Progredindo em sua análise, o autor destaca a simplicidade da vida cotidiana constante no pensamento de Chesterton. Corção expressa o desejo de ser um gênio para conseguir convencer o leitor de que a ideia mais poética e maravilhosa do mundo está associada a algo tão simples como possuir três alqueires de terra e uma vaca. Em outras palavras, ele quer mostrar que a beleza e a riqueza da existência humana podem ser encontradas nas coisas mais simples e comuns da vida. Tanto Chesterton quanto Corção reconhecem a importância de apreciar as coisas simples da vida. Em um mundo muitas vezes obcecado por busca de riquezas materiais e conquistas grandiosas, eles apontam para a beleza que pode ser encontrada em coisas modestas e aparentemente insignificantes.

Para ambos, a vida cotidiana pode ser fonte de inspiração e poesia. Não é necessário buscar aventuras extraordinárias ou realizações épicas para encontrar significado e encantamento na vida. As pequenas coisas e as rotinas do dia a dia podem conter uma beleza poética que muitas vezes passa despercebida. Corção menciona que é mais fácil que o leitor seja um homem extremamente simples para descobrir essa ideia por si mesmo. Isso sugere que a capacidade de apreciar a beleza nas coisas simples não requer grande intelectualidade, mas sim uma perspectiva aberta e uma conexão com a natureza humana mais básica.

Corção sustenta, ao lado de Chesterton, a perspectiva de que a Igreja se opõe ao capitalismo, porém, é favorável à noção de posse. Em outras palavras, a Igreja rejeita o capitalismo, precisamente porque apoia a ideia de posse. Corção relaciona esse aspecto ao conceito do pecado original para fundamentar sua argumentação. Segundo ele, a economia política e suas subsequentes crises têm suas origens dentro do paraíso, onde o pecado original se apresenta essencialmente como um pecado capitalista, associado à gula, orgulho e inveja:

> Sem analisar, tomando-o em bloco, eu diria que o pecado original foi um pecado de capitalista, tendo consistido no uso desmedido, e numa falsa idéia de domínio que rompia as medidas do homem. A opressão e a exploração do trabalho alheio serão as manifestações sociais posteriores, mas o germe do capitalismo já está no primeiro pecado do homem (Corção, 2020b, p. 197-198).

Logo, Corção estabelece uma relação entre a ascese cristã e uma inclinação anticapitalista, argumentando que a devoção e prática religiosa católica frequentemente se manifestam como um esforço para restaurar a integridade perdida e recuperar o paraíso. A argumentação do autor baseia-se na premissa de que a prática religiosa dentro do catolicismo envolve uma busca ativa pela restauração da integridade humana e uma aspiração pela obtenção do paraíso, que se encontra tanto no plano espiritual quanto em uma dimensão material mais ampla.

A ênfase na busca por valores transcendentes e na renúncia a excessos materiais, típicas da vida ascética, são vistas por Corção como aspectos que se alinham com uma postura anticapitalista, na medida em que questionam e desafiam os fundamentos do sistema econômico capitalista, que frequentemente valoriza o acúmulo de bens materiais e a maximização do lucro individual. No entanto, o autor alerta para um equívoco recorrente que associa erroneamente a vida ascética ao ideal socialista, mesmo entre indivíduos que acreditam no socialismo, mas não compartilham da crença na ascese.

Corção busca desfazer essa associação equivocada, enfatizando que a motivação por trás da vida ascética é profundamente enraizada na dimensão espiritual e na busca por valores transcendentais, enquanto o socialismo possui uma base ideológica e política que se concentra principalmente na reorganização da estrutura socioeconômica e na busca pela igualdade social. Embora possam existir pontos de convergência nas críticas ao sistema capitalista, o alerta do autor é direcionado à necessidade de uma compreensão mais precisa e esclarecida dos elementos da ascese cristã e do socialismo, evitando a confusão entre ambos.

No âmbito dessas reflexões, Corção ainda aborda de forma crítica a apresentação e percepção de alguns santos por parte de determinadas pessoas. Em suas palavras, ao afirmar que a "[...] vida do santo não é um modelo de desprendimento desinteressado; ao contrário, sua bússola é o interesse" (Corção, 2020b, p. 198), ele ressalta uma tendência observada na veneração a esses indivíduos. É possível que certas pessoas se sintam atraídas pelas vidas dos santos com motivações equivocadas ou superficiais, como a busca por milagres, favores pessoais ou ganhos materiais.

A expressão “bússola do interesse” empregada por Corção se refere a uma perspectiva na qual os santos são percebidos como meios para alcançar objetivos egoístas, em detrimento da apreensão genuína da verdadeira mensagem que suas vidas encerram, a qual está fundamentada no amor a Deus e ao próximo, bem como na prática da santidade e desapego em relação às questões mundanas.

Corção pode estar advertindo contra a concepção dos santos como figuras distantes, místicas e inatingíveis, cuja finalidade seria servir apenas como intermediários para satisfazer necessidades ou desejos imediatos. Em contrapartida, ele pode estar ressaltando que a vida dos santos deve ser encarada como um exemplo inspirador que nos impulsiona a seguir o caminho da virtude, caridade e busca por uma vida plena em comunhão com Deus.

De acordo com a abordagem do autor (Corção, 2020b, p. 198), a caracterização do “santo como profundamente interesseiro” não deve ser interpretada como um traço de egoísmo ou ganância. Pelo contrário, o termo “interesseiro” é empregado com um significado particular, referindo-se ao supremo interesse do santo, que se concentra em um objetivo central, ou seja, a busca por Deus e a vida eterna. Nesse contexto, a devoção ao divino e a união com Deus representam o propósito mais profundo do santo, constituindo o objeto central de sua vontade.

Ademais, ao abordar a “convicção, ainda absurda, de uma vida eterna” (Corção, 2020b, p. 198), o autor expressa uma atitude de ceticismo intelectual inerente à sua perspectiva filosófica e religiosa. Corção sugere que, do ponto de vista puramente racional, a ideia de uma existência após a morte pode ser percebida como absurda ou ilógica. No entanto, ele enfatiza que essa convicção desempenha um papel fundamental na fé cristã, representando um elemento central que motiva as ações do santo.

Ainda, ao discorrer que o “fundamento do cristianismo sempre foi uma idéia de posse e de recompensa” (Corção, 2020b, p. 199), o autor aponta para a significativa relevância da crença na existência do paraíso e da retribuição eterna como impulso motivador subjacente às ações virtuosas e à busca pela santidade entre os cristãos. Nesse sentido, a noção de recompensa eterna é concebida como um poderoso elemento catalisador que incita o indivíduo devoto a fazer escolhas virtuosas e nutrir um amor devoto por Deus, uma vez que tal consciência lhe garante a perspectiva de uma derradeira compensação após a morte.

Por último, a asserção de Corção (2020b, p. 199) de que "Todo o vocabulário cristão está impregnado da ideia de lucro, de recompensa, de posse"[12] sugere que a cosmovisão cristã apresenta uma proeminente manifestação de termos e conceitos intrinsecamente conectados às noções de benefício, retribuição e aquisição.

No contexto do uso do termo "lucro", Corção não o concebe de maneira materialista ou financeira, mas sim como a busca por aquisições espirituais ou morais. Nessa ótica, o "lucro" cristão está associado ao crescimento espiritual, à salvação e à aproximação com o Divino. A "recompensa", por sua vez, denota o reconhecimento divino e a concessão de bênçãos ou benefícios para os indivíduos que aderem aos ensinamentos de Cristo e vivem uma vida virtuosa. Na teologia cristã, a crença na obtenção de recompensas na vida eterna por meio de ações e crenças nesta existência terrena é uma noção comum.

A noção de "posse", como visto anteriormente, está correlacionada à ideia de apropriação espiritual, em que os cristãos acreditam pertencer a Deus e que Deus os possui como Seus filhos ou seguidores. Essa concepção de pertencimento a Deus acarreta uma relação íntima e pessoal entre o indivíduo e o Divino.

Esses conceitos de lucro, recompensa e posse permeiam tanto o discurso quanto a teologia cristã, servindo como fatores motivacionais para a prática da fé, a vivência dos ensinamentos de Jesus Cristo e a busca pela santidade. A presença desses termos no vocabulário cristão enfatiza a importância da perspectiva de recompensa eterna e da comunhão com Deus como fundamentos que impulsionam a fé e as ações dos fiéis.

Em retomada à temática do equívoco associativo entre a ascese e uma forma de socialismo ideal, Corção ressalta que, caso a prática de santificação demonstre alguma analogia com algum sistema econômico, tal semelhança é mais perceptível no âmbito do regime de pequena economia, como exemplificado no distributismo de Chesterton (Corção, 2020b), cuja principal finalidade é a recuperação de um patrimônio.

O distributismo é uma corrente filosófica e social que oferece orientações e princípios para a estruturação global de uma sociedade, embora não se apresente como uma teoria econômica detalhada, repleta de modelos específicos. Além do próprio Chesterton, foi previsto e popularizada também por Hilaire Belloc (1870-1953), um amigo pessoal e colaborador do autor. Esta abordagem econômica é frequentemente concebida como uma alternativa ao capitalismo e ao socialismo, buscando fomentar a disseminação mais ampla

---

[12] O termo "vocabulário cristão", empregado pelo autor, diz respeito ao conjunto de palavras e expressões utilizadas dentro da tradição cristã para comunicar concepções teológicas, morais e espirituais.

possível dos meios de produção e da propriedade entre os membros da comunidade, com o intuito de alcançar a autonomia e a liberdade individual. Seu principal objetivo é permitir que o maior número possível de pessoas tenha propriedades produtivas, como terras, fábricas e empresas, em vez de estarem sob o controle de uma minoria privilegiada.

A filosofia do distributismo baseia-se em princípios cristãos e católicos, particularmente a ideia de subsidiariedade - um princípio que sugere que as questões devem ser tratadas no nível mais local possível, a menos que haja uma razão válida para que isso seja tratado em um nível mais centralizado. O distributismo critica tanto o capitalismo de livre mercado quanto o socialismo estatal, argumentando que ambos os sistemas podem levar à concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, em vez de promover uma distribuição mais equitativa dos recursos.

Além disso, uma das bases do distributismo é a valorização da propriedade familiar e comunitária, em contraposição à concentração de propriedades nas mãos de grandes empresas ou do Estado. Acredita-se que a propriedade local contribui para fortalecer a coesão social e fomentar a responsabilidade mútua entre os membros da comunidade. Outro aspecto importante para os distributistas é a busca por uma distribuição justa dos salários, visando reduzir as disparidades econômicas entre os trabalhadores. Além do enfoque na riqueza material, o distributismo enfatiza valores éticos e o bem-estar social como pilares fundamentais da organização econômica e social[13].

No contexto contemporâneo brasileiro do século XXI, percebe-se uma ressurgência de aspectos essenciais do pensamento conservador chestertoniano, especialmente no âmbito do tema da propriedade, cuja origem remonta à teoria distributista de Chesterton. Influenciado por esses princípios, o pensador Gustavo Corção apresenta uma abordagem crítica aos sistemas capitalistas e socialistas, fundamentada em princípios de orientação católica.

Nas reflexões de Corção sobre a propriedade, destaca-se a primordialidade da propriedade privada como um elemento fundamental para a preservação da dignidade humana e da liberdade individual. O autor defende a propriedade como uma instituição essencial ao desenvolvimento pleno do ser humano, argumentando que seu respeito e uso justo podem ser instrumentos para promover o bem-estar social.

O pensador Corção também se posiciona contrariamente ao coletivismo e ao socialismo, ideologias que preconizam a abolição da propriedade privada em prol do controle

[13] Em resumo, o distributismo procura estabelecer uma economia baseada na ampla distribuição da propriedade, valores éticos e bem-estar social, com ênfase no fortalecimento das estruturas familiares e comunitárias e na descentralização das decisões. Essa filosofia busca criar uma sociedade mais justa, equitativa e participativa, na qual as pessoas possam desfrutar de maior autonomia e prosperidade.

estatal dos meios de produção. Ele sustenta que tal abordagem poderia acarretar a diminuição dos direitos individuais e restringir a liberdade pessoal. Corção concebe a propriedade privada como um direito inato dos indivíduos, merecedor de proteção e valorização, com vistas a assegurar a ordem social e o progresso. Ademais, suas reflexões acerca da propriedade estão intrinsecamente relacionadas à sua visão de cultura e civilização, em que a preservação dos valores tradicionais e da identidade cultural é favorecida por meio do respeito à propriedade e à responsabilidade individual.

Esses elementos fundamentais do pensamento conservador chestertoniano, presentes no ideário de Gustavo Corção, ressurgem no Brasil contemporâneo como uma crítica aos sistemas capitalistas e socialistas, conferindo uma perspectiva ancorada em princípios cristãos e defendendo a valorização da propriedade de caráter familiar e comunitário como uma alternativa ao acúmulo de riquezas concentrado em poucas mãos. A busca por uma distribuição mais equitativa dos recursos e o enfoque na simplicidade da vida cotidiana são elementos cruciais nesse renascimento do pensamento conservador chestertoniano na realidade brasileira atual.

Nesse contexto, no que concerne ao tema da propriedade, podem ser identificadas diversas conexões entre o movimento conservador católico contemporâneo e o ideário do escritor brasileiro Gustavo Corção. Uma das principais convergências entre ambas as perspectivas reside no apreço à instituição da propriedade privada. Tanto o movimento conservador católico quanto Corção destacam a relevância desse direito inalienável dos indivíduos como uma salvaguarda para assegurar liberdade e dignidade.

Ademais, é possível estabelecer uma relação entre o princípio da subsidiariedade, que preconiza a descentralização das decisões, as quais devem ser tomadas no nível mais próximo do indivíduo ou da comunidade afetada. Como mencionado, essa concepção também encontra respaldo nas ideias defendidas por Corção, ao valorizar a distribuição do poder e a importância das instâncias locais para proteger os direitos individuais, incluindo o direito à propriedade.

Além disso, tanto o movimento conservador católico contemporâneo quanto Gustavo Corção manifestam oposição ao coletivismo e ao socialismo, sistemas que tendem a coletivizar ou estatizar a propriedade. Em consonância com essas visões, argumenta-se que essa abordagem pode resultar na supressão da liberdade individual e na negação do direito à propriedade privada.

Por último, ambas as perspectivas enfatizam a responsabilidade social no exercício da propriedade. Tal perspectiva implica na necessidade de se agir de forma justa e ética, levando em consideração o bem comum e a atenção aos menos favorecidos.

Em síntese, as conexões estabelecidas entre o movimento conservador católico contemporâneo e o ideário de Gustavo Corção no tocante à ideia de propriedade revelam um alinhamento em princípios fundamentais relacionados ao respeito pela propriedade privada, a promoção da subsidiariedade, a rejeição ao coletivismo e ao socialismo, bem como a valorização da responsabilidade social em seu uso. Essas afinidades podem contribuir para uma análise mais aprofundada das perspectivas políticas e filosóficas desses atores em relação à propriedade na sociedade contemporânea.

6. Considerações finais

A análise empreendida no corpo desta discussão nos permitiu compreender como Gustavo Corção se apropriou das ideias de Chesterton e as adaptou à realidade brasileira, buscando oferecer continuidade ao pensamento conservador católico e prolongar o debate sobre essas questões para as gerações futuras. Identificamos que Corção se inspirou especialmente nas três ideias mestras de Chesterton: mistério, fidelidade e propriedade, e utilizou-as como fundamentos para analisar temas como liberdade, democracia, Estado, nação, capitalismo e socialismo.

Ao longo do estudo, constatamos que Gustavo Corção e Gilbert Keith Chesterton, apesar de pertencerem a diferentes contextos históricos, sociais e intelectuais, são pensadores essenciais para compreender a formação do pensamento conservador católico brasileiro tanto no passado quanto no presente. Evidenciamos a ressurgência de aspectos centrais do pensamento conservador chestertoniano no Brasil do século XXI, refletindo-se sobre religiosidade, família, tradições e valores, temas que estão intimamente relacionados aos princípios desenvolvidos por Chesterton e defendidos por Corção.

Quanto à metodologia adotada, a Análise de Discurso aliada ao Contextualismo Linguístico da Escola de Cambridge enquanto um método único histórico-contextual mostrou-se adequada para investigar as relações entre os discursos e o contexto intelectual em que esses autores estavam inseridos. A abordagem qualitativa permitiu uma análise crítica dos temas que permeiam os debates intelectuais do período em que eles viveram, evitando interpretações anacrônicas e possibilitando uma compreensão mais profunda das ideias apresentadas por eles.

Em suma, esperamos que esta pesquisa contribua para ampliar o conhecimento científico acumulado sobre Gilbert Keith Chesterton e o pensamento conservador católico brasileiro, por meio das reflexões e análises de Gustavo Corção. Além disso, ressaltamos a importância de ambos os autores para a compreensão do pensamento político e social no Brasil e como suas obras continuam relevantes nos dias de hoje. A redescoberta desses pensadores, evidenciada pelo surgimento de novas publicações, estudos acadêmicos e reflexões em associações especializadas, reafirma a relevância de suas ideias para o cenário intelectual contemporâneo. Com base nas conclusões dessa pesquisa, espera-se que novos estudos possam se aprofundar na análise do pensamento conservador católico brasileiro, considerando a riqueza das contribuições de Gustavo Corção e a influência de Gilbert Keith Chesterton no contexto nacional. Essas investigações podem enriquecer ainda mais o debate

sobre o pensamento político brasileiro e suas raízes conservadoras, permitindo uma compreensão mais abrangente e crítica da cultura política, social e cultural do país.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA Online. [2023]. Disponível em: https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1/26. Acesso em: 4 out. 2023.

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. Revendo o pensamento conservador. In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Orgs). **Revisão do pensamento conservador**: idéias e política no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010, p. 11-22.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, p. 231-269.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. [S. l.]: Edipro, 2014.

CHESTERTON, Gilbert Keith. **O homem eterno**. Jandira: Principis, 2020a.

_____. **O que há de errado com o mundo**. [S. l.]: Ecclesiae, 2013.

_____. **Ortodoxia**. Jandira: Principis, 2020b.

_____. **The Barbarism of Berlin**. [S. l.]: Outlook Verlag, 2018. 42 p.

CORÇÃO, Gustavo. **A Descoberta do Outro**. São Paulo: Editora Vide Editorial, 2017.

_____. **O Século do Nada**. São Paulo: Vide Editorial, 2020a.

_____. **Três alqueires e uma vaca**. 7. ed. Campinas: Vide Editorial, 2020b.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional". [S. l.]: Editora Globo, 2010.

GILENO, Carlos Henrique; LAHUERTA, Milton. Apresentação. *In*: GILENO, Carlos Henrique; LAHUERTA, Milton. **Pensamento Brasileiro**: Atores e Ideias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GILENO, Carlos Henrique; MEDEIROS, Rodrigo Dantas de; SILVA, Ricardo Lima da. O pensamento conservador no Amazonas: a interpretação de Arthur Cézar Ferreira Reis sobre a formação do Brasil. Verinotio – **Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 166-190, nov. 2019.

KIRK, Russell. **A política da prudência**. São Paulo: Realizações Editora, 2013.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

MOZZATO, Anelise R.; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, v. 15, n. 4. Curitiba: ANPAD, jul./ago 2011, p. 731-747. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, v. 53, n. Dados, 2010 53(2), 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.